CONHECIMENTO, CONTEXTO E INFILTRAÇÃO PRAGMÁTICA

Knowledge, context and pragmatic encroachment

Tiegüe V. Rodrigues*

Resumo: Neste texto, introduzo algumas questões importantes que fazem parte do debate sobre infiltração pragmática. Além de apresentar e problematizar as principais alegações oferecidas pelos proponentes da infiltração pragmática eu irei contrasta-la com algumas teses mais tradicionais, como a Tese Tradicional sobre o Conhecimento e o Contextualismo Epistêmico. Por fim, apresento uma crítica aos proponentes da infiltração pragmática que parece ainda não ter sido tratada. Concluo que embora controversa tal tese esteja longe de ser refutada completamente.
Palavras-chave: Conhecimento; Contexto; Justificação; Padrões; Infiltração prática.

Abstract: In this paper I introduce some important issues pertaining to the debate on pragmatic encroachment. In addition to introduce and discuss the main arguments offered by pragmatic encroachment´s proponents I´ll contrast it with more traditional theses such as the Traditional Analysis of Knowledge and Epistemic Contextualism. Finally, I present an objection to pragmatic encroachment that does not seem to have been treated yet. I conclude that although its controversial character, the pragmatic encroachment is far from being completely refuted.
Keywords: Knowledge; Context; Justification; Standards; Pragmatic encroachment.

* Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Mato Grosso. Contato: tieguevieira@gmail.com

Introdução

Recentemente, alguns epistemólogos têm argumentado em favor de algumas teses que deram origem a um movimento que é conhecido como *Infiltração Pragmática*[1]. A alegação principal das teses que formam esse movimento é que as propriedades e relações epistêmicas tais como conhecimento e justificação dependem, em parte, dos fatores pragmáticos (interesses práticos) salientes para o agente epistêmico. Podemos citar Jason Stanley, Jeremy Fantl, Matthew McGrath, J. Hawthorne como os autores que, inicialmente, estiveram à frente dessa questão. Advogados dessa visão rejeitam a ampla e difundida tese de que somente crenças e fatores conducentes à verdade são relevantes na descrição de noções epistêmicas. Assim, além dos fatores conducentes à verdade, os fatores ou interesses práticos do sujeito também seriam relevantes para determinar se um sujeito sabe ou não.

Neste texto, introduzo os principais aspectos que estão envolvidos na discussão sobre a infiltração pragmática do conhecimento. Meu objetivo principal é apresentar, de modo geral, quais são as alegações feitas pelos adeptos desse movimento e contrastá-las com as noções 'tradicionais' que não subscrevem aos fatores práticos, mas apenas aos epistêmicos. Primeiramente, apresento um caso consagrado que parece, inicialmente, colocar um problema para a análise tradicional (puramente epistêmica) do conhecimento, pois ela não parece oferecer uma resposta adequada para o fenômeno exibido no mesmo – o caso sugere uma discrepância nas nossas alegações e atribuições de conhecimento. Em seguida, apresento uma tese, o Contextualismo, que oferece uma solução para explicar tal fenômeno, mas que também se mostra problemática, uma vez que os custos para assumi-la também parecem ser altos. Em seguida, de um modo geral, apresento a tese da infiltração pragmática e sua explicação para o caso sugerido. Por fim, apresento uma crítica aos proponentes da infiltração pragmática que parece não ter sido tratada. Apesar disso, entendo que a explicação oferecida pelos infiltradores pragmáticos possui algumas vantagens significativas, a saber, a tese por eles defendida parece ser motivada por princípios mais profundos e, aparentemente, mais arraigados em nossa concepção acerca do conhecimento e da racionalidade.

1. Estabelecendo a Questão

Consideremos o seguinte exemplo:

Caso do Banco

(A): Em uma típica tarde de Sexta-Feira, Keith e sua esposa estão a caminho de casa. Eles pretendem parar no banco para depositar seus salários. Mas na medida em que passam pelo banco, notam que as filas estão enormes, como de costume nas tardes de Sexta. Embora geralmente Keith e sua esposa

[1] O termo 'Infiltração Pragmática' (pragmatical encroachment) foi, inicialmente, oferecido por J. Kvanvig.

gostem de depositar seus salários o mais breve possível não é especialmente importante, neste caso, que eles sejam depositados imediatamente. Assim, Keith sugere que sigam direto para casa e façam o depósito na manhã de Sábado. A esposa de Keith diz: "talvez o banco não esteja aberto amanhã. Muitos bancos estão fechados aos Sábados". Keith responde: "Não, eu sei que vai estar aberto. Eu estive lá há apenas duas semanas, no Sábado. Ele estará aberto até o meio dia".

(B): Em uma típica tarde de Sexta-Feira, Keith e sua esposa estão a caminho de casa. Eles pretendem parar no banco para depositar seus salários. Mas na medida em que passam pelo banco, notam que as filas estão enormes, como de costume nas tardes de Sexta. Keith sugere que depositem os salários na manhã de Sábado, explicando que esteve no banco no sábado de manhã há apenas duas semanas atrás e que ele ficou aberto até o meio-dia. Mas, neste caso, Keith e sua esposa acabam de passar um cheque muito importante e com um valor muito alto. Se seus salários não forem depositados em sua conta corrente até Segunda-Feira pela manhã, o cheque importante que passaram irá voltar, deixando-os numa situação muito ruim. (E, claro, o banco não está aberto no domingo.) Sua esposa o relembra desses fatos. Ela então diz: "às vezes os bancos mudam seus horários. Você sabe que o banco estará aberto amanhã?" Embora Keith permaneça tão confiante quanto antes (na situação A), de que o banco estará aberto, Keith responde: "Bem, não eu não sei. É melhor eu entrar e me certificar". [2]

Agora, analisemos este caso. Mais precisamente, se a proposição *p*, 'o banco estará aberto', é um item de conhecimento para Keith. Assumindo-se que, tanto em (A) quanto em (B), o banco estará de fato aberto no sábado e que não há nada incomum sobre (A) ou (B) que não tenha sido incluído na descrição do mesmo, ao pensar isoladamente cada situação do *Caso do Banco*, (A) e (B), podemos, intuitivamente, chegar a duas conclusões. A primeira é que em (A), quando Keith alega 'saber que o banco estará aberto no Sábado pela manhã' ele parece estar dizendo algo verdadeiro. Ao analisar esta situação nós estamos, igualmente, dispostos a atribuir conhecimento a Keith de que 'o banco estará aberto no Sábado pela manhã'. A segunda é que, em (B), Keith também parece estar dizendo algo verdadeiro quando ele concede que não sabe se 'o banco estará realmente aberto Sábado pela manhã'. Assim, em (B), estamos dispostos a negar conhecimento a Keith sobre se o banco estará aberto no sábado.

Se esta intuição recém-descrita sobre as situações que envolvem o caso do banco está correta e – assim como os contextualistas – acredito que ela esteja, alguma coisa parece estar fora de ordem, pois estamos fazendo duas atribuições de conhecimento contraditórias entre si e isso, claramente, parece ser inaceitável. Como resolver este impasse? Uma das maneiras seria determinar qual atribuição de conhecimento seria correta. Mas qual atribuição seria a correta? A atribuição de que Keith sabe que o banco abrirá em (A) ou a negação de conhecimento em (B), onde alegamos previamente que Keith não sabe que o banco abrirá?

[2] A versão original deste exemplo se encontra em DEROSE, 1992, p.913.

Antes de respondermos tais questões é relevante notarmos um fato muito importante. Nas duas situações descritas acima podemos observar que a *força da posição epistêmica*[3] de Keith não se altera, isto é, se Keith sabe em (A) que o banco estará aberto, ele também deveria saber em (B), visto que Keith não parece estar em melhor posição epistêmica para saber em (A) do que em (B). Mas se de fato isso é verdadeiro, se a força da posição epistêmica de Keith não se altera – e, supostamente, é esta posição epistêmica, esta relação que ele mantém com a proposição que lhe permite estar em posição de saber – então porque não atribuímos conhecimento a Keith no caso (B), apenas no caso (A)?

Apenas dizer que se o que Keith diz em (A) ao alegar que sabe que o banco estará aberto no sábado é verdadeiro, então o que ele diz em (B) quando concede que ele não sabe que o banco estará aberto no sábado é falso, não bastaria para negar as intuições que o exemplo pretende sugerir. Dado que parece ser incontroversa a alegação de que a posição epistêmica de Keith é a mesma: se ele sabe em (A), então ele sabe em (B). Assim, a resposta que, baseado em padrões tradicionais requeridos pela análise epistêmica, seria esperada para essas questões compreende a alegação de que Keith, na verdade, tanto em (A) quanto em (B), não sabe que o banco estará aberto no sábado, visto que a força da posição epistêmica de Keith com relação a tal proposição não é suficientemente forte para render-lhe conhecimento. Isso é assim, pois tradicionalmente se exige para o conhecimento uma posição epistêmica extremamente forte. No entanto, é justamente essa alegação que exemplos como o *caso do banco* parecem estar desafiando, pois, como vimos, nós tendemos a atribuir conhecimento a Keith em (A) e negar que ele tenha conhecimento em (B). E essa intuição não parece ser corretamente explicada por uma resposta epistemológica tradicional[4], isto é, baseado em padrões tradicionais requeridos pela análise epistêmica.

Mas existe uma preocupação que é ainda maior do que simplesmente a negação da intuição (e atribuição) de que Keith sabe em (A), a saber, a negação de que grande parte, se não todas, as nossas atribuições e alegações ordinárias de conhecimento não são verdadeiras e, portanto, não sabemos tais coisas que comumente alegamos saber. Pois, geralmente a força da nossa posição epistêmica para crer em tais proposições também não é melhor do que a exibida por Keith. Mas acredito que esta resposta seja algo que, se não todos, a grande maioria dos epistemólogos gostaria de evitar, dado que aceitá-la seria conceder que o cético está certo ao dizer que não temos conhecimento.[5]

Se esta é a resposta que a epistemologia tradicional tem a nos oferecer para este caso, ela simplesmente parece falhar. Não parece fazer sentido a exigência de uma maior força da posição epistêmica, por parte do sujeito, para que ele possa estar em posição de saber, visto que é sempre possível pensarmos em casos cada vez mais rigorosos nos quais a força da posição epistêmica do

[3] Consideramos que a *força da posição epistêmica* que um determinado sujeito S exibe com relação a uma determinada proposição p é determinada pela sua posição acerca das dimensões relevantes para a verdade de p, incluindo confiabilidade, força evidencial, probabilidade epistêmica e assim por diante.
[4] Por epistemologia tradicional apenas me refiro às concepções-padrão sobre o conhecimento, segundo as quais relações e propriedades puramente epistêmicas são relevantes.
[5] Estou utilizando 'ceticismo' aqui de uma maneira geral, sem a distinção entre *global e restrito*.

sujeito deveria ser ainda maior para que ele pudesse estar em posição de saber. E quanto mais rigorosas as exigências para o conhecimento, mais nós nos aproximamos do cético e mais distantes do conhecimento nós nos encontramos.[6]

Vejamos a seguir duas respostas distintas que pretendem oferecer uma solução mais adequada para as questões colocadas anteriormente. Primeiramente, consideraremos a resposta oferecida pelos *contextualistas*.[7] Em seguida, analisaremos as respostas oferecidas por teses *invariantistas de sensibilidade-do-sujeito*.[8]

2. Contextualismo

O contextualismo, de modo geral, pode ser entendido como a tese de que atribuições ou alegações de conhecimento de instâncias como 'S sabe que P' e 'S está justificado em crer que P' são sensíveis ao contexto. Predicados como 'sabe que está na UFMT no dia 10 de Julho de 2013' e 'está justificado em crer que Bernardo é chefe de departamento' possuem a característica de expressarem diferentes propriedades em relação a diferentes contextos. Assim, uma proposição será sensível ao contexto se e somente se ela expressar diferentes proposições relativas a diferentes contextos. Presumivelmente, acredita-se que esta sensibilidade contextual se deve ao fato de que termos como 'saber' e 'justificar' são, de uma forma puramente epistêmica, sensíveis ao contexto.

O contexto fornece os padrões de avaliação utilizados para determinar o valor de verdade de tais sentenças. Contexto, aqui, diz respeito ao contexto do atribuidor, isto é, o contexto da pessoa que faz a atribuição ou alegação de conhecimento ou justificação – em algumas situações pode haver uma justaposição sobre o contexto do atribuidor e o contexto do sujeito, como nos casos em que o atribuidor e o sujeito são a mesma pessoa. O contextualismo implica que, em se considerando um mesmo sujeito S e uma mesma sentença P, um atribuidor poderia afirmar 'S sabe que P', enquanto outro atribuidor poderia afirmar que 'S não sabe que P' e ambos estarem dizendo algo verdadeiro. Isso é possível porque cada atribuidor se encontra em um contexto diferente e, assim, os padrões utilizados por cada um são diferentes. 'Contextos', para os contextualistas, são constituídos por uma função complexa de expectativas, pressuposições, intenções, propósitos, etc, dos atribuidores e

[6] Podemos ilustrar essa alegação a partir do exemplo da loteria. Imagine que você possui um bilhete de uma loteria em que a chance de você ser o vencedor é uma em um milhão (1/1.000.000). Neste caso, você se encontra numa posição epistêmica extremamente forte em relação à proposição de que você 'sabe que irá perder a loteria', mas ainda assim você não pode saber que irá perder a loteria. Pois ainda há uma chance, mesmo que insignificante, de que você seja o vencedor e, neste caso, seria falso que você 'sabe que vai ganhar na loteria'. Não importa quão mais alta seja a chance de que você perca, você nunca saberá que irá perder.

[7] 'Contextualismo' está sendo entendido aqui conforme defendido por COHEN (1988, 1999, 2000), DEROSE, (1995, 2009) e LEWIS (1996).

[8] Hawthorne denomina sua visão de *Invariantismo Sensível Moderado* (sensitive moderate invariantism) e Stanley chama sua tese de *Invariantismo de Interesse-Relativo* (interest-relative invariantism). O rótulo de *Invariantismo Sensível ao Sujeito* (subject-sensitive invariantism) foi sugerido por DeRose. Seguiremos a denominação sugerida por DeRose, pois ela pode ser aplicada para ambas as teses.

falantes que estão inseridos em um determinado contexto conversacional.[9] Assim, o *caso do banco* exemplifica uma situação na qual os fatores relevantes que parecem fazer com que nossas atribuições de conhecimento possam ser tão discrepantes são fatores que não fazem parte do contexto do agente epistêmico – uma vez que tanto em (A) quanto em (B) eles permanecem os mesmos – mas, sim, do contexto do atribuidor.

A estratégia básica contextualista para explicar a sensibilidade contextual compreende duas analogias. Primeiramente, a sensibilidade contextual de 'saber' pode ser considerada análoga à sensibilidade contextual de termos como 'alto', 'liso', 'plano'. Sentenças que contenham tais predicados possuem o seu valor de verdade definido pelos padrões estabelecidos de acordo com o contexto; uma vez que esses predicados podem e, com frequência, aparecem sob a forma comparativa (e.g., 'Pedro é mais alto do que Smith') e também na sua forma absoluta (e.g., 'Pedro é alto').[10] Portanto, o contexto de uso das sentenças que contenham esses predicados estabelecerá ambos, o quão mais alto do que Pedro Smith deve ser para que a sentença 'Pedro é mais alto do que Smith' seja verdadeira e o quão alto Pedro deve ser para que a sentença 'Pedro é alto' seja verdadeira. Considerando o caso dos predicados epistêmicos aplicados à atribuição de conhecimento, teremos a seguinte explicação: ainda que o predicado 'S sabe que P' seja absoluto, o predicado 'S está justificado em crer que P' é claramente um predicado que admite graus. Do mesmo modo, se a posse de conhecimento implica a posse de justificação, então os padrões estabelecidos de acordo com o contexto estabelecerão o quão justificada uma crença deve ser para que ela seja um caso de conhecimento.[11]

Outra forma pela qual contextualistas explicam a sensibilidade contextual do termo 'saber' é considerá-lo de maneira análoga aos termos indexicais, tais como 'eu', 'aqui', 'agora'. Considere a seguinte situação: acerca de uma hora atrás eu estava no meu escritório. Imagine que eu verdadeiramente disse: 'eu estou aqui'. Agora eu estou na sala de conferência. Como eu poderia verdadeiramente dizer onde eu estava a cerca de uma hora atrás? Eu não posso verdadeiramente dizer que 'eu estava aqui', pois eu não estava aqui (na sala de conferência), eu estava lá (no meu escritório). O significado de 'aqui' é fixado pelos fatores contextuais relevantes da atribuição (neste caso, a minha localização), não pela localização no tempo em que se esta falando a respeito.

Se termos epistêmicos como 'saber' e 'justificação' são sensíveis contextualmente de modo análogo a adjetivos graduáveis ou termos dêiticos, então o que a tese contextualista afirma é que a relação epistêmica (o conteúdo) que será exibido pelo uso, de Keith, do termo 'saber' varia de acordo com o contexto no qual ele foi utilizado. Assim, em (A), a relação epistêmica exibida pelo uso de Keith de 'saber' é determinada pelos padrões de justificação que estão em vigor nesse contexto. Os

[9] Cf. COHEN (2000).
[10] Ver Unger para uma completa discussão sobre se o caráter absoluto destes termos e sua relação com termos epistêmicos.
[11] Obviamente, essa afirmação somente será valida para aqueles que assumem que a justificação é um componente necessário, embora não suficiente, para justificação.

padrões, em (A), são padrões ordinários, cuja sua satisfação é frequentemente atingida. Dessa forma, quando atribuímos conhecimento a Keith, em (A), a relação epistêmica de 'saber' é determinada por este padrão ordinário de avaliação da justificação. Porém, em (B), a relação epistêmica exibida pelo uso de Keith de 'saber' é determinada pelos padrões de justificação que estão em vigor nesse contexto. Os padrões em (B) são padrões extraordinários, mais exigentes, cuja satisfação é mais difícil de ser atingida. Assim sendo, quando negamos conhecimento a Keith, em (B), a relação epistêmica de 'saber' é determinada por este padrão de avaliação mais rigoroso. Como o uso de Keith de 'saber' não exibe a mesma relação epistêmica em (A) e em (B), ou seja, os padrões de avaliação que determinam tal relação epistêmica são diferentes, as proposições alegadas por Keith não são as mesmas e, portanto, não há contradição entre o que é dito por ele em (A) e o que é dito por ele em (B).

Assim, o contextualista pode explicar as intuições sugeridas inicialmente quando analisamos o *caso do banco*, segundo as quais:

i. Quando, em (A), Keith alega 'saber que o banco estará aberto no Sábado pela manhã' ele parece estar dizendo algo verdadeiro;

ii. Quando, em (B), Keith também parece estar dizendo algo verdadeiro quando ele concede que ele realmente 'não sabe se o banco estará realmente aberto Sábado pela manhã'.

iii. Parece correto dizer que Keith sabe em (A) que o banco estará aberto, ele também deveria saber em (B), pois Keith não parece estar em melhor posição epistêmica em (A) do que em (B).

E, além disso, pode negar a alegação epistemológica tradicional segundo a qual:

iv. Se o que Keith diz em (A) ao alegar que sabe que o banco estará aberto no sábado é verdadeiro, então, o que ele diz no caso (B) quando concede que ele não sabe que o banco estará aberto no sábado é falso.

Apesar disso, muitas críticas à tese contextualistas podem ser encontradas na literatura.[12] Não queremos aqui problematizar todas essas críticas, apenas nos interessa mostrar que, embora a análise da sensibilidade contextual seja muito atraente, muitos problemas também são com ela apresentados. A crítica que gostaríamos de salientar é a de que os contextualistas não oferecem uma explicação convincente sobre os fatores e as propriedades que são determinantes para que haja uma mudança contextual. Ainda que concedêssemos que 'saber' é sensível contextualmente, da forma como os contextualistas alegam, seria necessário que eles pudessem apresentar uma explicação adequada sobre o porquê 'saber', em um determinado contexto, exibe uma relação epistêmica 'x' e não outra, digamos, 'y'.

[12] Ver HAWTHORNE (2004), STANLEY (2005) e FANTL & MCGRATH (2002, 2009). Embora o contextualismo também seja acusado de não ser propriamente epistemologia ele traz à tona problemas centrais que uma teoria tradicional do conhecimento deveria responder.

Embora algumas das intuições apresentadas pelos contextualistas pareçam corretas, suas explicações parecem ser ainda insuficientes. Por exemplo, a alegação contextualista de que a força da posição epistêmica de Keith permanece a mesma tanto em (A) quanto em (B) parece ser muito convincente, o problema parece residir na sua explicação sobre os fatores e as propriedades que determinam o contexto e respondem pela diferença de padrões em vigor em cada contexto. Se, como os contextualistas alegam, 'contextos' são constituídos por uma função epistêmica complexa de expectativas, pressuposições, intenções, propósitos, etc., dos atribuidores e falantes que estão inseridos em um determinado contexto conversacional, então não me parece que no *caso do banco* tenha havido qualquer modificação relevante em tais *condições epistêmicas* que pudessem se constituir em uma mudança de contexto – visto que os contextualistas estão de acordo com o fato de que as propriedades e relações relevantes para o conhecimento são puramente epistêmicas.

A seguir, veremos a análise de uma explicação alternativa para os problemas apresentados, na seção 2, que utilizam algumas intuições contextualistas, mas que avançam consideravelmente na explicação do fenômeno presente no *caso do banco* e é, além disso, mais radical na sua crítica a resposta oferecida pela epistemologia tradicional, pois propõe uma concepção mais ampla sobre o conhecimento.

3. Interesses Práticos

Considere a seguinte passagem encontrada num dos escritos sobre filosofia da ciência de Richard Rudner. Segundo ele,

> Ao aceitar uma hipótese o cientista deve tomar a decisão de que a evidência é *suficientemente* forte ou que a probabilidade é *suficientemente* alta para avalizar a aceitação da hipótese. Obviamente, nossa decisão com relação à evidência e com respeito à quão forte é 'suficientemente forte' é função da importância, num sentido tipicamente ético, de se cometer um erro ao aceitar ou rejeitar tal hipótese [...] *O quão certo nós precisamos estar antes de aceitarmos uma hipótese dependerá de quão sério seria cometer um erro.* [13]

Nesta passagem, podemos perceber que Rudner explicitamente restringe sua discussão à evidência ou probabilidade, no sentido de que elas precisariam ser avalizadas para que se aceite uma hipótese. 'Aceitação', nesse sentido, parece estar sujeita ao controle voluntário, ou seja, pelo menos em certos casos, nós *decidimos* se a evidência é suficientemente forte ou não (adequada ou inadequada). Num sentido amplo, poderíamos dizer que os infiltradores pragmáticos têm argumentado de maneira próxima a Rudner, com relação a alguns conceitos epistêmicos: se um sujeito sabe ou não que algo é o caso, isso dependerá, em parte, depende da sua situação prática.

[13] Richard Rudner (1953). Ênfase do original. Similares alegações podem ser encontradas em outros autores que se enquadrariam dentro do que chamamos de filosofia da ciência.

Esta conclusão, inicialmente, parece sugerir certa implausibilidade, ainda mais se considerada a partir de uma visão epistêmica tradicional segundo a qual apenas fatores epistêmicos, fatores caracterizados pela conducência a verdade, são relevantes.[14] No entanto, conforme a argumentação destes epistemólogos infiltradores, algumas das intuições que temos sobre as condições em que alguém sabe sugerem que o conhecimento depende, ao menos em parte, de fatores práticos. Dado o papel que o conceito de conhecimento tem em nosso esquema conceitual (as conexões entre o prático e o epistêmico), isto não deveria ser surpreendente. Podemos notar que habitualmente fazemos uso do verbo 'saber' na análise da ação e da asserção,[15] parece fazer parte da nossa prática ordinária o conhecimento de que é perigoso ou imprudente agir sem que se saibam as consequências envolvidas em tal ação. Poderia, ainda, ser afirmado que o valor do conhecimento se encontra, em parte, no fato de que é o estado mental (crença/conhecimento) que deve nos guiar em nossas ações e asserções. Se conhecimento e ação são conceitualmente ligados, como sugerido, então não seria nenhuma surpresa que o fato de saber algo está relacionado ao fato de se estar racionalmente autorizado em agir ou asserir de acordo com um item de conhecimento.

Colocado de outra maneira. É amplamente reconhecido o fato de que aquilo que deveríamos fazer em uma dada situação de escolha é determinada não apenas por quão bons ou preferenciais seriam os possíveis resultados de nossos atos, mas quão provável estes resultados são se agirmos de determinada maneira. Consideremos novamente a questão de se estar errado, como pode ser visto na passagem de Rudner. Este fato parece ser obviamente relevante para determinar se deveríamos nos questionar mais sobre se P é o caso e se a nossa evidência é forte o suficiente para nos justificar em ignorar a chance de que P seja falsa.[16] Se a sua situação prática pode ser relevante para estas questões, então talvez não pareça implausível dizer que ela possa ser relevante para determinar se você sabe.

Com base nestas intuições iniciais, poderíamos apresentar um primeiro grau de relevância a partir do qual poderíamos considerar a questão pragmática.[17]

> (P1): O conhecimento possui uma condição pragmática (CP). Isto é, há algum princípio interessante para uma, ou ambas, das seguintes formas: a) para saber que p, deve-se satisfazer CP; b) para satisfazer a condição CP, deve-se saber que p.

(P1) se apresenta como uma condição que parece exemplificar algumas afirmações que, normalmente, assumimos como verdadeiras em nossas práticas epistêmicas ordinárias, tais como: parece correto dizer que é racional agir como se P, ou seja, se eu sei que está chovendo parece racional agir de acordo com o fato de que está chovendo e, digamos, levar um guarda-chuva. Também parece

[14] Referirei-me ao longo do texto aos epistemólogos tradicionais e por este jargão apenas quero apontar para aqueles que corroboram com a tese de que o termo 'epistêmico' diz respeito apenas a noções e relações que respeitam ou visão o fim epistêmico, que frequentemente são tratadas pelo seu caráter de conducência a verdade.
[15] Ver UNGER (1975, capítulo 6) e WILLIAMSON (2000, capítulo 11).
[16] Conforme FANTL & MCGRATH (2007)
[17] Conforme apresentado por FANTL & MCGRATH (2002).

correto dizer que é racional ignorar, na ação, a chance de que P seja falsa, isto é, caso não haja nenhuma razão para isso. Parece igualmente correto dizer que é adequado usar P como premissa no raciocínio prático, ou seja, se considero um argumento cuja conclusão deveria suportar minha ação, então não parece haver nenhum problema que algumas das minhas razões/premissas sejam epistêmicas e não somente práticas. Ainda, parece correto dizer que, frequentemente, nós nos encontramos numa posição em que nenhuma possibilidade de erro contrária a P é saliente, e.g., me encontro agora numa posição em que nenhuma possibilidade contrária à proposição de que 'estou digitando este texto' é saliente.

(P1) parece claramente demonstrar, de forma correta, um sentido básico pelo qual podemos considerar o termo 'pragmático' relacionado ao conhecimento. No entanto, a questão pragmática que parece interessar aos infiltradores pragmáticos e que parece determinar o sentido do termo 'pragmático' é mais profunda. Na passagem citada anteriormente, Rudner parece estar querendo dizer algo mais do que apenas as considerações sugeridas por (P1), ao menos no que diz respeito à questão da aceitabilidade. Obviamente, Rudner está pressupondo (P1), ainda que de modo não explícito, pois embora seja verdadeiro dizer que para ser apropriado aceitar uma hipótese nós precisamos satisfazer alguma condição pragmática, isso não parece dar conta de toda explicação que gostaríamos. Aceitar (P1) não parece implicar necessariamente a aceitação das alegações defendidas pelos infiltradores pragmáticos, pois seria possível aceitar (P1) sem aceitar a tese de que a adequação ou não da aceitação de uma hipótese/crença/ação é passível de variação dada à mera variação de um fator pragmático.

Esta parece ser justamente a alegação que os advogados da infiltração pragmática pretendem defender, em particular, a alegação de que apenas com a mera variação de um fator pragmático é possível a variação da aceitação/adequação de uma hipótese/crença/conhecimento/ação, ou seja, quando uma hipótese/crença/conhecimento é aceitável/adequada para um determinado agente pode variar com a mera variação de um fator pragmático, em especial, com variações sobre o quão importante é estar certo sobre a hipótese/crença/conhecimento/ação em questão. Dessa maneira, a defesa de uma tese sobre infiltração pragmática aponta para uma segunda definição, mais restrita, sobre o grau de relevância a partir do qual deveríamos considerar a questão pragmática do conhecimento:[18]

> (P2) – Conhecimento pode variar com a mera variação de fatores pragmáticos. Isto é, existem casos de conhecimento para os quais se nós meramente variássemos um fator pragmático, presente em tal caso, e mantivéssemos o resto igual (os fatores considerados puramente epistêmicos), poderíamos chegar a um caso de ignorância.

Levando em consideração (P2), é possível, agora, perceber que casos como o *caso do banco* são, na verdade, como dirão os defensores da infiltração pragmática do conhecimento, exemplos que

[18] Conforme sugerida por FANTL & MCGRATH 2007.

descrevem apenas a variação de fatores práticos que envolvem o sujeito. No *caso do banco*, da situação (A) para a (B), apenas parece ter variado a importância, para Keith, de estar certo sobre se o banco abrirá sábado pela manhã – todo o resto (epistêmico) permanece o mesmo – e com essa variação pragmática está acompanhada uma variação no conhecimento de Keith. Neste caso, como sugere (P2), a variação do fator prático que envolve Keith parece tê-lo levado a uma situação de ignorância com relação à proposição "o banco estará aberto no Sábado pela manhã".

Como já mencionado, defensores da infiltração pragmática negam que propriedades puramente epistêmicas ou de pura conducência à verdade sejam suficientes para dar conta do fenômeno do conhecimento, pois, como apontam exemplos como o *caso do banco*, estes fatores parecem não explicar adequadamente porque Keith sabe em (A) e não sabe em (B), uma vez que sua posição epistêmica, os fatores puramente conducentes à verdade, não parecem ter se alterado.

Uma dentre as visões que defendem a infiltração pragmática, proposta por Stanley, sugere que as variações no conhecimento de que P se devem aos fatores pragmáticos, e são eles os responsáveis pelas variações na posição epistêmica do sujeito ao longo das dimensões de conducência à verdade. Se isso é assim, então Keith possui melhor evidência para a proposição de que o banco abrirá sábado pela manhã no caso (A) do que no caso (B). Segundo Stanley, isso ocorre por que, em (A), parte da sua evidencia é 'o banco abrirá sábado pela manhã', o que é evidência excelente para crer que 'o banco abrirá sábado pela manhã'. Já no caso (B), Keith não possui essa evidência. A diferença entre os dois casos, segundo Stanley, seria uma diferença no conhecimento. Stanley corrobora com uma tese proposta por Williamson[19] segundo a qual a evidência total de S é igual à totalidade do que S sabe. Ele defende que isso acontece para todas as noções epistêmicas que pensamos possuir relevância quanto às suas dimensões de conducência à verdade. Assim, Stanley afirma que não há nenhuma noção puramente epistêmica que não seja maculada por fatores pragmáticos e, portanto, uma vez que ocorra qualquer mudança no que está em jogo para S, não somente mudará aquilo que ele sabe, mas também ocorrerá uma mudança no que é sua evidência, justificação, razões, probabilidade e todas as outras noções epistêmicas que concebermos. Embora esta seja uma implicação da tese de Stanley, ele apenas se refere ao conhecimento, não mencionando estas demais noções.

O que o *caso do banco* parece mostrar é, segundo defensores da infiltração pragmática, que os fatores pragmáticos que dizem respeito aos interesses de Keith se alteraram de uma situação para outra e, com isso, também se altera o seu conhecimento, a sua evidência, etc. Assim, quando, em (B), afirmamos que Keith não sabe que o banco abrirá no sábado pela manhã, isso se dá não por uma mudança contextual que afeta os diferentes padrões para o conhecimento que Keith, supostamente, deveria satisfazer (como dizem os contextualistas); ao invés disso, o que mudou foi o interesse prático que Keith tem investido em (B) e é este fator pragmático (aquilo que está em jogo para ele, a

[19] WILLIAMSON (2000)

importância de estar certo sobre se P) que o impede de estar numa posição epistêmica adequada para o conhecimento.

Outro exemplo que poderíamos utilizar para, analogamente, explicar como funciona essa infiltração pragmática no conhecimento é o seguinte.

Aposta

(A*): Keith e seus amigos se encontram na mesa de jogo. Numa determinada rodada Keith possui em suas mãos um 'straight flush' e está considerando se deve ou não apostar tudo o que possui no fato de que 'sua mão será a vencedora', neste caso, o prêmio são apenas 30 botões, visto que Keith e seus amigos não costumam jogar a dinheiro. Keith, então, resolve ir adiante e fazer a aposta.
(B*): Keith e seus amigos se encontram na mesa de jogo. Numa determinada rodada Keith possui em suas mãos um 'Straight Flush' e está considerando se deve ou não apostar tudo o que possui no fato de que 'sua mão será a vencedora'. Hoje, em especial, Keith e seus amigos resolveram jogar a dinheiro e para que Keith se mantenha no jogo ele deve apostar sua bicicleta. Reconsiderando sobre o quão sério seria cometer um erro, Keith resolve se retirar da mesa.

Considere ainda que, tanto em (A*) quanto em (B*), a mão de Keith é, de fato, a melhor mão dentre os demais jogadores e que não há nada incomum sobre (A*) ou (B*) que não tenha sido incluído na descrição dos mesmos. O que pretendemos mostrar com esse caso é que, em (B*), assim como uma questão sobre o interesse prático de Keith o fez reconsiderar sua aposta – o fazendo sair da mesa e abandonando a crença de que 'sua mão será a vencedora' – o interesse prático de Keith, em (B), também o levou a reconsiderar sua crença (conhecimento) de que 'o banco abrirá no sábado' e o conduziu a uma situação de ignorância.

No *caso do banco*, tanto em (A) quanto em (B), a força da posição epistêmica de Keith – se considerada apenas como puramente epistêmica – parece ser a mesma e, com isso, a noção puramente epistêmica parece falhar ao tentar explicar o que está fazendo com que Keith saiba em (A), mas seja ignorante em (B). No caso da *Aposta*, uma analogia pode ser feita. Tanto em (A*) quanto em (B*) – considerando-se apenas fatores puramente epistêmicos – a força da posição epistêmica de Keith (que corresponderia ao fato (evidência) dele possuir um 'Straight Flush') seria a mesma, mas o que parece mudar de uma situação para a outra é o fato de que em (B*) Keith possui interesses práticos envolvidos e isso faz com que ele perca conhecimento de que 'sua mão será a vencedora'. Dito de modo mais preciso, o fato de Keith possuir interesses práticos envolvidos tanto em (B*) quanto em (B) faz com que a sua posição epistêmica, nestas situações, não seja forte o bastante para lhe colocar numa posição epistêmica adequada ou suficientemente forte para que lhe coloque em posição de saber tais proposições.

Para essa noção que apresentamos sobre infiltração pragmática a posição epistêmica de um sujeito não é determinada apenas pelas noções tradicionalmente consideradas como puramente

epistêmicas, mas por uma espécie de função entre fatores epistêmicos e práticos. Esta posição implica que quanto maior for o risco prático envolvido numa determinada situação, maiores serão as evidências, num sentido epistêmico tradicional, que o sujeito deverá exibir para que ele se encontre numa posição epistêmica que lhe coloque em posição de saber. Quando aplicamos isso ao *caso do banco* chegamos as seguintes conclusões. Embora em (A), não haja nenhum risco prático aparente envolvido isso não significa que não esteja sendo considerado o valor de risco presente em tal situação para a determinação da posição epistêmica de Keith. Neste caso, o valor do risco é nulo e, portanto, as evidências puramente epistêmicas que Keith possui são suficientes para coloca-lo que em posição de saber. No caso (B), as evidências puramente epistêmicas que Keith possui permanecem as mesmas, mas devido ao fato de existir um risco prático envolvido (o valor de risco presente em tal situação ser alto) Keith não se encontra mais em posição de saber. O risco prático parece requerer, para que Keith se encontre em posição de saber, que ele possua mais evidências – num sentido puramente epistêmico – de forma que tais evidências superem o risco prático envolvido e o recoloque numa posição epistêmica adequada para o conhecimento.

Com base em considerações dessa natureza, os proponentes da infiltração pragmática consideram que o conhecimento não pode ser determinado somente por noções puramente epistêmicas, como pensam os defensores de uma epistemologia tradicional. O conhecimento, para os infiltradores, é, portanto, desde sempre, já "infiltrado", perpassado por esta questão pragmática – pelo interesse prático que o sujeito tem envolvido numa determinada questão.

Considerações Finais

O debate sobre a infiltração pragmática do conhecimento é um tema extremamente recente e seu debate ainda está em pleno vapor. Como vimos, os infiltradores pragmáticos rejeitam a ampla e difundida tese de que somente crenças e fatores conducentes à verdade são relevantes nas descrições de noções epistêmicas. Fato este que os colocam diretamente em confronto com a epistemologia 'mainstream', visto que ela corrobora com essa tese. Não obstante, esta tese da infiltração pragmática – a ideia de que as propriedades e relações epistêmicas tais como conhecimento e justificação dependem, em parte, dos fatores pragmáticos (interesses práticos) salientes para o agente epistêmico – parece ser muito atraente, pois a explicação oferecida pelos infiltradores pragmáticos parece possuir algumas vantagens significativas, a saber, ela parece ser motivada por princípios mais profundos e, aparentemente, estar mais arraigada em nossa concepção acerca do conhecimento e da racionalidade.

Caso os proponentes deste movimento da infiltração pragmática estejam corretos, uma importante e significativa mudança recairia sobre o conceito de conhecimento, a saber, de que ele não é constituído apenas por noções puramente epistêmicas.

Apesar de sua aparente atratividade, um problema importante que, a nosso ver, parece acompanhar os proponentes da infiltração pragmática e que não parece ter sido ainda respondido apropriadamente é como exatamente o risco prático age sobre as evidências epistêmicas ("puras") do sujeito fazendo com que, para manter sua posição epistêmica adequada para o conhecimento, sejam-lhe requeridas evidências adicionais. O fato é que aquilo que parece ser considerado como uma questão prática ou risco prático parece ser de natureza distinta das evidências epistêmicas "puras". Se este é o caso, então qual é exatamente a relação mantida entre estas duas propriedades a fim de que sejam coadunadas adequadamente para redefinirem a posição epistêmica do sujeito e, consequentemente a noção de conhecimento?

Embora, como já mencionado, a tese proposta pelos infiltradores pragmáticos seja bastante atraente e bem motivada, ela ainda necessita de algumas explicações essenciais. Ainda que tais respostas não sejam apresentadas está crítica por si só não é suficiente para refutá-la e pode, no máximo, diminuir sua plausibilidade ou aceitabilidade. Entretanto, ainda que não sejamos convencidos sobre a tese da infiltração pragmática ela parece, de fato, apontar novas perspectivas e olhares que podem servir para tentar resolver ou explicar mais adequadamente clássicos problemas epistemológicos.

Referências Bibliográficas

COHEN, S. How to be a fallibilist. In: J. Tomberlin (Ed.), *Philosophical Perspectives 2*, 1988.
_____. Contextualism, Skepticism and the Structure of Reasons. *Philosophical Perspectives 13*. 1999.
_____. Contextualism and Skepticism. In: *Philosophical issues 10*, 2000.
DEROSE, K. Contextualism and Knowledge Attributions. *Philosophy and Phenomenological Research*, 52(4): 913-929. 1992.
_____. Solving the Skeptical Problem. *The Philosophical Review*, 104(1), 1-52. 1995.
_____. *The Case for Contextualism: Knowledge, Skepticism, and Context*. Oxford UP, vol. 1, 2009.
FANTL, J. *Knowledge in an Uncertain World.* Oxford University Press, 2009.
_____. & MCGRATH, M. Evidence, Pragmatics, and Justification. In: *Philosophical Review* 111 (1), 67-94, 2002.
_____. On Pragmatic Encroachment in Epistemology. In: *Philosophy and Phenomenological Research* 75 (3), 558–589. 2007.
HAWTHORNE, J. *Knowledge and lotteries*. Oxford: Clarendon, 2004.
LEWIS, D. Elusive Knowledge. *Australasian Journal of Philosophy*, 47, 549–567. 1996.
RUDNER, R. (1953). 'The Scientist *Qua* Scientist Makes Value Judgments'. In: *Philosophy of Science* 20**:** 1-6.
STANLEY, J. *Knowledge and practical interest*. New York: Oxford, 2005.
UNGER, P. *Ignorance: a case for scepticism*. Oxford university press, 1975.
WILLIAMSON, T. *Knowledge and its Limits*. Oxford: Oxford University Press. 2000.